MENDES, Ricardo. *Um quadro distante* (Seção Arquivo de Negativos/DIM/DPH/SMC/PMSP). São Paulo: edição do autor, nov.1986

Secretaria Municipal de Cultura - SMC
DPH
DIM
Seção Arquivo de Negativos

UM QUADRO DISTANTE, por Ricardo Mendes nov.86

Não pretendo fazer recomendações sobre opções de guarda de um acervo em particular, nem me parece algo produtivo tal orientação. O que vai aqui é um relato sobre intervenções propostas e realizadas sobre um acervo público, considerações de um pesquisador que não acompanha mais as "atividades" ali geradas.

O acervo da DIM compõe-se de um conjunto relativamente heterogêneo, cujo núcleo, de maior impacto junto ao público, é uma coleção de negativos de vidro (18x24), ao redor de 500 placas, que aparentemente foi gerada para os álbuns comparativos organizados por Washington Luis (1914-18). A autoria dessas imagens muito provavelmente se deve ao"velho Becherini", que tomou como ponto de partida as imagens do velho álbum comparativo de Militão, tendo dado origem talvez aos negativos de reprodução das mesmas existentes neste acervo. Não é surprêsa de qualquer forma, saber que faz parte do acervo da Secretaria, embora em outro departamento (CCSP-seção Livros Raros), um conjunto de exemplares dos mesmos álbuns organizados por ordem de W.Luis sem que até hoje tenha sido possível realizar uma aferição real do acervo comum. Apenas tentativas reduzidíssimas, cerca de cem imagens cruzadas por descrição literal.

BMMA-Livros raros

Ao redor desse núcleo giram conjuntos de igual importância, abrangendo documentações esparsas ao longo da década de 20 e o fruto da atividade do pioneiro Departamento de Cultura a partir de 1936, dentro do qual a produção de B.J.Duarte é um dos principais polos. No entanto com as diversas restruturações o arquivo acabou sofrendo, principalmente após os anos 40, uma total desorientação nos propósitos de documentação das condições de vida na cidade de São Paulo, passando a servir aos mais diversos fins - documentação de obras, pequenos eventos públicos de cada administração, o que não mudaria até a criação da SMC em 1975.

Se tal tendência passou a ser refreada, não implica que outra conse-

guiu se estabelecer. A ausência de uma política de seleção acabou gerando por acaso coleções de importância, ainda que isto implique agora num estudo rigoroso, sobre as administrações municipais dos últimos 15, 20 anos, principalmente através da documentação do gabinete do prefeito.
Obras, escolas, viadutos, cerimônias, visitas: novos temas.
De um lado postais de Gaensly, alguns prováveis negativos de sua autoria (1890-1900?), álbuns de Ferrez e de outro. Faria Lima, Colassuono, Setúbal, Maluf...
E os materiais? Embora tendo sua origem em função de um arquivo de negativos, isso não impediu que a reboque originais em papel fossem preservados, como é o caso das cópias de consulta dos negativos em vidro (18x24), prováveis originais de um exemplar dos álbuns. Ou mesmo, acaso das más administrações, originais em papel (18x24) arquivados como material de consulta, sem existência de negativo equivalente (18x24) e sim meras reproduções em 35mm, de uma documentação sobre a cidade durante a década de 30, dispersa pelo próprio serviço que deveria preservá-la.
O suporte material das imagens é então diverso: de vidros 18x24, 13x18, 9x12 e até alguns 24x30 a negativos flexíveis de 18x24 a 35 mm, onde infelizmente um núcleo da documentação sobre os anos 30 é basicamente em diacetato e apresenta um relativamente alto índice de deterioração, do qual só existem cópias contato.
Do ponto de vista de catalogação e classificação do acervo, o que existe ainda em funcionamento, grosso modo, é o projeto original estabelecido pelo fotógrafo B.J.Duarte no início dos anos 40. O tempo de uso deste sistema, a não especialização de seu criador não foram obstáculos no entanto para o fato de que praticamente até a alguns anos fosse um dos melhores sistemas em funcionamento em arquivos públicos de imagens urbanas em São Paulo. Embora não confiável em termos de informação, frente ao amplo uso de fontes secundárias, é indubitavelmente o melhor sistema em uso de informação de apoio a imagens, constando de descrição e análise de fotos e índice geográfico e de assuntos, organizados infelizmente segundo a velha visão comparativa estabelecida pelos álbuns de W. Luis.
Os erros e os acúmulos de erros passaram a ser motivo de reflexão

pela equipe que foi sendo montada nos últimos anos da década passada. De 1980 a 1982, frente a uma total desmobilização do DPH, que "não souberam" aproveitar eleitoralmente, houve uma relativa atenuação na produção de eventos, o que permitiu que uma equipe ampla de arquitetos, fotógrafos, historiadores e elementos administrativos elaborasse um programa de restruturação do acervo de imagens. Informações eram geradas do próprio trabalho do dia-a-dia, substituindo mitos como o do nitrato por problemas reais - o diacetato, possibilitanto uma compreensão da extensão do objeto fotográfico desde sua produção às formas de consumo via álbuns, livros, definindo a necessidade de reconstituição de coleções desmembradas dentro do acervo ou da instituição (Militão, por exemplo), a necessidade da pesquisa de autoria das imagens históricas, o início de pesquisas sobre produção fotográfica em São Paulo via documentação escrita. Informações sobre outros núcleos de guarda e formas de preservação existiam, seja cristalizadas em alguns nomes com "experiência no setor", seja em forma bibliográfica, que permitiram um nível de informação mínimo. Bem ao contrário do que a impressão causada pelas poucas declarações dos participantes do atual curso, que definiram um quadro de desinformação de maior agravo. O que indicaria que a experiência acumulada pelas instituições não frutificou basicamente pelo isolamento e pela desistência do pessoal em atividade no setor.

O que propunha o "tal" programa?

Medidas mínimas de guarda, climatização, mobiliário, embalagem, classificação e catalogação, atendimento aos diversos públicos. Deixava em aberto dois pontos chaves: seleção de documentos e geração sistemática de documentação. Certamente critérios mínimos, muitos acertos e outro tanto de erros. Mas a mudança de administração estadual e municipal para a qual o programa fora preparado trouxe à tona um aspecto novo: o despreparo das supervisões, a falta de sintonia das gerências com o objeto de seu trabalho, a falta de agilidade para o pulo do universo acadêmico para a estrutura dos arquivos públicos.

Nossas falhas eram nossa qualidade, pois permitiram que um conjunto de elementos de formação heterogênea criasse um produto acima dele.

Nossa qualidade era nossa falha. Essa diversidade nunca conseguiu estabelecer um diálogo via porta-vozes, lideranças, já que as pessoas "nucleares" atuavam dentro de suas esferas de especialização.

Mas por que este relato? Porque com certeza a discussão maior não está centrada sobre guarda de acervos, neste caso. Nossa experiência com embalagens e climatização deve ter muitos pontos de contato com a de outras equipes pelo país. Isoladas em busca por novas soluções, novos materiais. O que importa é a questão de estratégia de implementação de arquivos dentro dessas estruturas formadas de heranças funcionais, acúmulos administrativos e, mais do que falta de verba, paralizadas por um gerenciamento ausente.

1982/83 foi um período em que se procurou um diálogo com a nova gestão para o qual foi preparado um novo programa voltado agora para a restruturação geral dos acervos, tantos os de imagem como os de objetos tridimensionais (mobiliário, plumária...), enfim da Divisão como um todo. Por outro lado, deu-se início a intervenção em espaços de uso da área de imagem: implantação do novo lay-out do laboratório, estabelecendo uma estrutura mínima diferenciada para a produção de painéis e cópias de consulta, área de preparo de produtos e instalação de ventilação mecânica, de forma a tornar o espaço coerente em termos de produção e adequado em qualidade de vida para os laboratoristas.
Aqui está talvez uma fonte de orientação para atuações dentro do espaço público: fora a possibilidade de atuar à sombra de uma gerência sensível, informada, fora os vácuos de "solicitação" e dentro da eterna premência da ausência de verbas, a experiência do laboratório indicou que as intervenções devem ser necessariamente curtas, de rapidíssima implementação e alto ganho. Foi daí que surgiu a idéia de atuar sobre o espaço de guarda visando de imediato estabilizar o acervo, implantar uma linha de funcionamento, de processamento de informação ao nível da coleção, que pudesse se expandir para o resto do sistema. Se ao nível de laboratório o objetivo era estruturar a produção, o fluxograma interno, ao nível do acervo a idéia era estabilizar.
A questão de localização da área de guarda era um fantasma, por um

lado pelo premente restauro do edifício (um anexo da Casa da Marquesa, cuja permanência era uma dpuvida), por outro pelas inadequadas alternativas que foram apresentadas, que quase nada implicavam em termos de ganho para uma mudança do setor. Havia a idéia de que o laboratório e o acervo relayoutados pudessem funcionar como polo de orientação para ocupação do edifício no projeto de revitalização, uma atividade que se impusesse por sua ação. Como também havia um esquema vago de continuar concentrado no edifício mesmo durante as obras de restauro. Havia idéias, esquemas propostos para a obra. Até hoje não existe porém vago traço de projeto de restauração, passada meia década.
A questão de verbas era o eterno problema. Para as obras do laboratório havia mão-de-obra emprestada por regionais, para a ventilaçaõ tentou-se uma licitação que surpreendentemente deu certo, mas o resto - alvenaria, acabamento e outros - foi adquirido via a velha opção de desviar verbas irrisórias de transporte.
O projeto para a área de guarda, assumido que sua localização era a "melhor" opção dentro do edifício, desativado o banheiro que existia no piso superior, implicava em definir áreas: de guarda para o material"processado" (novas embalagens, limpeza física para as imagens já existentes e novos documentos processados para permanência), área para material ainda não processado e área de antecâmara para controle de entrada e saída de material. As áreas de pesquisa e de consulta permaneceriam no setor atual.
A intervenção física, definido o desenho, implicava na selagem das aberturas (50% das laterais de um espaço total de 5x8m - face este/sudeste sobreada parcialmente por edifícios vizinhos), elevação de divisórias, instalação de piso e equipamento de ar condicionado.
A estratégia passava por um ponto: materiais que correspondessem aos critérios de isolamento térmico e não introduzissem novas variáveis como a eliminação de gases. Neste aspecto as informações disponíveis eram chaves e aqui talvez esteja uma das principais atribuições de um orgão como o Infoto. Mesmo assim, entre as opções que pareciam mais adequadas (apesar dos senões) era a selagem via sanduíches de chapas de cimento-amianto com vedações "plásticas"(perfis de polipro ou polietileno) com opções de "miolos" para aumentar o isolamento térmico, divisórias de gesso seladas(?) e, grande teme-

ridade, piso de fórmica (em chapas de grande formato).
Por que estas opções, ainda mais com problemas sobre a constituição de selantes e adesivos? Simples. A intervenção se baseava na configuração imediata: duas semanas no máximo. Entrando o piso, levantar divisórias, iniciar instalações elétricas, selagem das aberturas, locação do acervo antigo, instalação na área de guarda de novos materiais do mobiliário em aço novo e semi-novo e início de climatização. Neste aspecto, a idéia era aproveitar um ar condicionado desativado, no caso com carga superdimensionada para a área de atuação (novos materiais). Cogitou-se no uso de dutos para a climatização dos outros ambientes. E, salvo ignorância ou esquecimento, no funcionamento com pressão positiva, apenas como entrada de ar. O investimento em equipamento seria restrito de imediato a desumidificadores.

Os acontecimentos foram mais rápidos e a equipe se desfez. Enquanto isso deu-se continuidade a levantamentos sobre o acervo de modo a determinar o estado dos lotes, reagrupar coleções dispersas (positivos), separar prints originais do material de consulta (o caso dos 18x24). Levantamentos que na sua maior parte acabaram perdendo a intenção de amostragem e ganharam um errôneo direcionamento para inventários.

É isso: o que resta deste mal ajambrado "projeto fora do papel" do arquivo versus dois programas de intervenção de centenas de páginas, é a questão de atuação em estruturas públicas. Investir em estabilização das condições do acervo e implementar novos fluxogramas versus o orgão público. Fica a impressão de que o caminho, não contando com estruturas administrativas "ligadas" aos setores, ao lado da descontinuidade das equipes de trabalho, passa pela intervenção rápida, de alto ganho. Importa saber montar a matriz de prioridades, importa a existência de órgãos de pesquisa que possam fornecer dados para a escolha final.
Aí entra o Infoto. Um instituto a nível federal, mesmo com problemas de continuidade e infra-estrutura precária deve ser uma presença constante no dia-a-dia das instituições em questão, funcionando não só como fonte de informação, de intercomunicação entre instituições,

mas como um avalista em certos aspectos, dos acervos frente a suas próprias administrações.